

## PEER REVIEW REPORTS

### PEER REVIEW REPORT FOR:

Oliveira, A. B. S., Castro, J. L. P., Jr., & Montalvão, S. S. (2022). The myth of meritocracy: academicism and methodological flaws in Brazilian public recruitment. *Revista de Administração Pública*, 56(6), 694-720. Retrieved from <https://dx.doi.org/10.1590/0034-761220220150x>

### DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

### REVIEWERS:

-  Patrícia Vendramini (Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis / SC – Brazil)
-  Bruno Sendra de Assis (Universidade de São Paulo, São Paulo / SP – Brazil)
-  Fernando de Souza Coelho (Universidade de São Paulo, São Paulo / SP – Brazil)

## ROUND 1

### Reviewer 1 report

Date review returned: July 09, 2022.

### Comments to the authors:

É um assunto que vale a pena ser debatido para gerar novos inputs aos gestores públicos que capitaneiam processos de seleção.

Analisando o documento, o resumo precisa retratar todas as partes do artigo (problemática inicial, objetivos, métodos, principais resultados e considerações).

Há melhorias na apresentação/consistência do método, como o tipo de análise dos dados (estatística descritiva) - se é um estudo exploratório, descritivo, interpretativo, qual a estratégia de pesquisa (estudo multicaseos?), período transversal. Esse detalhamento pode ajudar a criar outros estudos comparativos e dar mais aprofundamento ao debate.

Sobre a análise dos resultados, o autor traz reflexões importantes, e que podem ser acrescido de proposições de melhoria ao processo de seleção dos candidatos ao serviço público, com abordagens menos legalistas nas questões, que explorem mais a questão da identidade com o serviço do que as habilidades de memorização dos candidatos.

### **Reviewer 2 report**

Date review returned: July 09, 2022.

#### **Comments to the authors:**

Prezado(a) autor(a)! O artigo se propõe a fazer uma discussão bastante relevante e ainda pouco explorada na literatura nacional: se os concursos públicos permitem selecionar os melhores profissionais com base em um sistema meritório, a partir de provas de múltipla escolha. Em que pese a força deste argumento, o texto possui algumas inconsistências de ordem teórico-metodológica. Entre as principais recomendações, destaco (i) a necessidade de uma revisão de literatura mais aprofundada (sobretudo internacional) sobre reforma gerencial do Estado (institucionalização dos concursos públicos) e os processos de seleção de pessoal na Psicologia/Administração, do ponto de vista da capacidade preditiva e dos ganhos de validade incremental (Schmidt, 2016 ; Schmidt & Hunter, 1998; Hunter, Schmidt, & Judiesch, 1990 etc); (ii) descrição dos métodos analisados em relação ao que mede e como mede, as vantagens e limitações de cada método, bem como fatores de contexto e recomendações de aplicação; (iii) concentrar a análise dos resultados no argumento central sobre a ineficácia dos métodos de avaliação dos concursos, sem explorar outros pontos de vista não discutidos em profundidade na seção teórica; (iv) apresentar o objetivo e metodologia do estudo nos primeiros parágrafos do artigo e retomar estes pontos na discussão e conclusão de forma mais objetiva, buscando maior coerência entre as seções; (v) explorar os conteúdos programáticos das provas objetivas dos editais e sua relação com as competências exigidas em cada profissão, assim como outros fatores de contexto relevantes, de modo que as recomendações de métodos complementares permitam preencher estas lacunas ; (vi) ampliar o número de cargos da amostra, comparando profissões de setores semelhantes e diferentes, que possibilitem uma maior generalização dos resultados, bem como incluir a

perspectiva comparativa entre dados de 2016 e 2021 na parte da metodologia; (vii) buscar referências de literatura sobre a análise das dimensão qualitativa e quantitativa do estudo. Desse modo, acredito que o artigo tenha grande potencial de trazer contribuições bastante relevantes ao campo.

### **Reviewer 3 report**

Date review returned: July 11, 2022.

#### **Comments to the authors:**

Prezado(s) autor(es),

Inicialmente, parabênzo pelo trabalho realizado; é, de fato, uma contribuição empírica que ilustra o argumento de manuscritos (prévios) sobre concursos públicos no Brasil, seja o de Fontainha (2014), seja o de Coelho (2015) - este, republicado, com modificações, na RSP/ENAP por Coelho e Menon (2019).

Abaixo, envio minhas recomendações de ajustes no texto em torno da narrativa do texto (resumo e introdução), das referências (revisão da literatura) levada a cabo, da interpretação dos resultados e mesmo do forma da conclusão, justaposta com a discussão. Espero os apontamentos contribuam para potencializar a contribuição do artigo e valorizar a pesquisa (levantamento de dados/informações) que foi realizada à luz dos trabalhos que o precedem na literatura nacional.

1. No resumo e na introdução, bem como na interpretação dos resultados, sugiro repensar a argumentação do 'mito forte na mente dos brasileiros: a ideia de que o modelo atual de concurso público é meritocrático'; pensar, em rever a argumentação, a partir da ideia de que tal modelo de concurso público é resultado de um processo histórico de foco na qualificação (século XX) em detrimento da abordagem da competência nos certames e que, na contemporaneidade, o foco em tempo e custos nos concursos públicos e mesmo a interpretação dos órgãos de controle (e do Poder Judiciário). que insistem em relacionar impessoalidade com provas objetivas,

talvez reforcem sua permanência. Para tanto, sugiro o artigo de Coelho e Menon (2019) - <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3497>

2. Seria fulcral o artigo ampliar a revisão da literatura, de forma a demarcar, de fato, as contribuições dos trabalhos que o antecedem na análise do modelo de concurso público no Brasil; neste caso, é fundamental operacionalizar os conceitos de academicismo nos certames, disfunções (burocráticas) no processo e nos resultados dos concursos públicos e mesmo, retornar à histórica dos processos de seleção desde a CF de 1934 - que institui o concurso público - para pensar o 'path dependence' de tal modelo no país. Enfim, a revisão da literatura, a priori, está subexplorada nesta versão do artigo.

3. A seção de resultados está muito boa e é a principal contribuição do artigo, na minha apreciação. Sugiro, entretanto, repensar a forma de apresentação da tabela 1 que tem, aproximadamente, 5 páginas.

4. E, por fim, mas não menos importante, dentro da tradição de artigos da RAP, diferente de periódicos internacionais, sugiro separar a discussão das conclusões. Como o artigo, no resumo, assevera que "O estudo aponta alternativas para uma nação com mais de 200 milhões de habitantes, cuja grande maioria não percebe os danos incalculáveis de um academicismo real e de uma meritocracia ilusória", é fundamental que, nas considerações finais, sejam, de fato, demonstradas as alternativas e discutidas as possibilidades e limites de tal adoção na gestão pública brasileira, bem como mencionada uma agenda de pesquisa para a continuidade da investigação levada a cabo no artigo.

## ROUND 2

### Reviewer 1 report

Date review returned: October 02, 2022.

### Comments to the authors:

Agora, o artigo apresenta a consistência metodológica, assim como aprofunda as reflexões e sínteses de uma publicação desse nível.

### **Reviewer 3 report**

Date review returned: October 01, 2022.

#### **Comments to the authors:**

Prezados(as) Autores(as),

Realizei a carta dos autores com a indicação dos ajustes realizados a partir da primeira avaliação, bem como reli o artigo ajustado. Considero que o artigo está, agora, apto para publicação e tem uma contribuição empírica - além de uma provocação - em prol da modernização do instituto do concurso público no Brasil e de sua instrumentalização como processo de recrutamento e seleção no setor público. Sugiro, entretanto:

(a) Uma revisão na forma de apresentação dos 'five evaluation methods or requirements' entre as páginas 8 e 12. Foi um inclusão realizada no ajuste que valorizou o artigo; mas a redação per se e a apresentação do texto, tal como estão, nesta seção, não despertam a atenção do leitor - parece um apêndice. Quem sabe, não seja preferível uma tabela?

(b) A tabela 1 melhorou, sem dúvida; porém, acredito que ela pode ser - esteticamente - ajustada em termos de layout e disposição das informações.

Enfim, são ajustes que podem ser trabalhados em conjunto com a editoração do texto, caso o artigo seja aprovado.

**PEER REVIEW REPORT FOR:**

Melati, C., & Janissek-Muniz, R. (2022). A inteligência na gestão pública: uma análise sob a perspectiva institucional. *Revista de Administração Pública*, 56(6), 721-744. Retrieved from <https://dx.doi.org/10.1590/0034-761220220103>

**DISCLAIMER:**

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

**REVIEWERS:**

 Geralda Luiza de Miranda (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte / MG – Brazil)

 Fernando Filgueiras (Universidade Federal de Goiás, Goiânia / GO – Brazil; Escola Nacional de Administração Pública, Brasília / DF – Brazil)

 Mayla Costa (Universidade de Brasília, Brasília / DF – Brazil)

**ROUND 1**

**Reviewer 1 report**

Date review returned: April 21, 2022.

**Comments to the authors:**

O artigo apresenta problema relevante e interessante. É também criativo ao introduzir um pré-teste de validação do "modelo teórico" proposto. Não obstante essas qualidades, a discussão ainda requer aprimoramentos na explicitação do objetivo, na modelagem do argumento central e na adequação entre problema, objetivo e estratégia analítica. Essa estratégia apresenta fragilidades de natureza conceitual e metodológica que prejudicam todo o esforço desenvolvido. No parecer, esses problemas são detalhados.

**Parecer RAP**

Artigo: A inteligência na gestão pública: uma análise sob a perspectiva institucional

O artigo aborda uma temática relevante, sustentando-se em uma discussão teórica interessante, para a qual são mobilizadas referências bibliográficas clássicas e atuais.

Apesar desses pontos positivos, há alguns problemas que requerem tratamento cuidadoso. No que segue, destaco os principais:

(i) Falta de clareza na explicitação do objetivo do estudo na introdução e resumo. No resumo, é informado que “buscou-se o desenvolvimento de um modelo de institucionalização da atividade de inteligência na gestão pública” e sua validação “pela utilização da técnica de card sorting”. Esses objetivos não aparecem na introdução. Nesta, explicita-se que o objetivo do artigo é “analisar, sob a perspectiva institucional, o processo de estruturação de atividades de inteligência através da análise das dimensões de inteligência em governo (p. 4, linhas 39-43). Ao longo do artigo, aparecem outros objetivos, correlatos aos da introdução, e são retomados os que foram apresentados no resumo: “entender como a atividade de inteligência pode se estruturar na gestão pública” (p. 7, linhas 43-44); (ii) “elucidar as etapas da institucionalização através do vínculo com as dimensões de inteligência no contexto público” (p. 11, linhas 35-38); e, conforme anunciado no resumo, (iii) proposição, na seção final, de um “modelo teórico de institucionalização de atividade da atividade de inteligência na gestão pública”, seguida pela apresentação dos achados encontrados em pré-teste de sua validade, mediante o uso da técnica card sorting.

(ii) Circularidade do argumento central (ou tese) do artigo: na p. 4, linhas 33-38, é informado que “O argumento central do presente estudo é de que a institucionalização das atividades de inteligência na gestão pública se apresenta como um mecanismo facilitador para a utilização efetiva de dados e informações na tomada de decisão dos gestores públicos e na busca por novas estratégias para a gestão pública”. Essas duas atividades (utilização efetiva ..., busca por novas estratégias ...) compõem a lista de 10 dimensões de inteligência que é apresentada na p. 5. Sendo assim, “o argumento central” é de que “a institucionalização das atividades de inteligência” facilita a vigência de (pelo menos parte) daquilo que caracteriza a “inteligência em instituições”.

(iii) Inconsistência entre o problema indicado, o objetivo do estudo e a estratégia analítica. O problema indicado, que justificaria o estudo, é de que “há barreiras institucionais para institucionalização de inteligência nos governos”. Nesse ponto, é importante destacar que não fica claro quais seriam as barreiras. Mencionam-se, com base em estudos, apenas a falta de conhecimento e de estratégias para formar governo inteligente (p. 3, linhas 34 a 59). De qualquer forma, o referido problema não tem relação teórica ou lógica com o objetivo do trabalho, considerando que este seja o que foi apontado na introdução:

“analisar, sob a perspectiva institucional, o processo de estruturação de atividades de inteligência”. A estratégia analítica, também indicada na introdução e efetivamente adotada - “através da análise das dimensões de inteligência em governo (p. 4, linhas 39-43) – também não é adequada. Dado que, se se pretende analisar um “processo”, devem ser incorporadas à análise a dinâmica (sequencial) de atividades desenvolvidas (ou a serem desenvolvidas) e, eventualmente, atores, recursos etc. empregados. Estratégia nessa direção é, inclusive, sugerida pelo argumento de Selznick (1972), apresentado na p. 7, linha 41, e pelo modelo de Tolbert e Zucker (1999) de “processo de institucionalização ...”, incorporado à discussão na p.

10. Essas duas contribuições não são incorporadas ao “modelo teórico de institucionalização da atividade de inteligência na gestão pública”, conforme indicado no próximo item.

(iv) Fragilidade conceitual e metodológica no desenvolvimento da estratégia de construção da “proposta para validação de dimensões por categorias de inteligência na gestão Pública” e do “modelo teórico de institucionalização da atividade de inteligência na gestão pública”.

A “proposta para validação de dimensões ...” consiste da vinculação do que é denominado “dimensões de inteligência na gestão pública” a quatro “categorias necessárias à legitimação da atividade” (Quadro 1, p. 6). As “categorias” não são discutidas e não é explicitado o conceito de “inteligência na gestão pública”. Na p. 11 (linhas 51-57), esse conceito é apresentado (sem referência), mas, no desenvolvimento da referida proposta, menciona-se apenas que esse conceito é amplo e multifacetado e apresentam-se dez de suas “dimensões”, com base em Melati, Janissek-Muniz (2020).

No referido Quadro 1, a essas dez dimensões são acrescentadas outras dimensões pinçadas de diferentes estudos, e todas elas são vinculadas às referidas quatro categorias. Dois aspectos problemáticos desse esforço, em termos metodológicos, devem ser aqui destacados. O primeiro se refere ao fato de que as “categorias” estão em nível médio de abstração (estrutura organizacional, estrutura tecnológica, capital humano, engajamento social) e as dimensões abrangem categorias de nível alto, intermediário e mais baixo de abstração, para usar a imagem de Sartori (1970) de “escada de abstração”. Nesse caso, as dimensões deveriam estar todas no nível configurativo, dado que descrevem as categorias. O segundo problema desse esforço está no leque de dimensões, no qual se verificam: (i) conceitos/termos em diferentes níveis de abstração, como antecipado; (ii)

sobreposições (por exemplo, “capacidade analítica de servidores” e “inteligência coletiva”, as quais, conforme a discussão desenvolvida, significam a mesma coisa); (iii) itens de natureza diferente (por exemplo, atividades: “uso de dados e informações externas”; resultados: “agilidade em governo”; procedimentos: “decisão com base em evidências”); (iii) termos genéricos que se aplicam a qualquer uma das dimensões, por exemplo, “agilidade em governo”.

No que se refere ao “modelo teórico”, cabe destacar que a forma de organização do texto sugere que sua construção teria como subsídios (i) os “pressupostos institucionais”, discutidos, mas não sintetizados na terceira seção do artigo (p. 7-10); (ii) o modelo de “processo de institucionalização” de Tolbert e Zucker (1999), reproduzido na Figura 1, da p. 10), que possui quatro etapas (inovação, habitualização, objetificação e sedimentação). No Quadro 2 (p. 14), vinculam-se três das quatro etapas do referido processo de institucionalização a algumas das dimensões de inteligência quem compõem o Quadro 1, mas não se justifica a exclusão da etapa de inovação e de diversas dessas dimensões. Mas nem mesmo essa vinculação parcial entre etapas de um processo e as referidas dimensões é incorporada no “modelo teórico”, apresentado na Figura 3 (p. 16). Associando “categorias” e “dimensões”, esse modelo é simplesmente a réplica do Quadro 1 (p. 6) com nova diagramação, cujos problemas foram indicados no parágrafo precedente deste parecer, sem qualquer acréscimo que eventualmente poderia advir da discussão relativa aos “pressupostos institucionais” e à dinâmica processual.

### **Reviewer 2 report**

Date review returned: May 02, 2022.

### **Comments to the authors:**

O artigo trata de um tópico contemporâneo importante, relacionado com o uso de inteligência em governos. Este tópico traz uma série de discussões importantes a respeito da coleta, processamento e construção da informação a partir de dados. Dada a importância desse tópico para a administração pública contemporânea, acredito que o artigo pode ser melhorado, de maneira a ser resubmetido para RAP. Há uma série de inconsistências e imprecisões que precisam ser revisadas, as quais aponto abaixo:

1 - O primeiro ponto que eu observaria é a ausência de um conceito de inteligência que guie a análise realizada e a construção do interessante quadro 1 apresentado na página 7. De fato o conceito de inteligência é amplo, multifacetado e complexo. Há um conceito tradicional de inteligência baseado em estudos militares. Há diversos conceitos de inteligência empregados no uso de tecnologias em smart cities. Há conceitos específicos de inteligência que circundam o conceito de inteligência artificial. Há o clássico conceito de inteligência coletiva, derivado do trabalho de Pierre Lévy. Como está, a ausência de um conceito claro e preciso de inteligência confunde o leitor e não permite identificar sobre o que o artigo está construindo um argumento.

2 - Uma vez que os autores partem das premissas do institucionalismo sociológico (com a qual eu concordo), eles necessitam especificar como as atividades de inteligência em organizações funcionam como mecanismos de racionalização. O que a inteligência contemporânea (seja lá como ela for conceituada) racionaliza e otimiza atividades organizacionais? Seria necessário citar exemplos que apoiem essa estratégia teórica que o artigo toma, de modo a tornar o artigo mais consistente.

3 - Como o artigo trata de um modelo teórico que busca validação em seus diferentes componentes, o artigo poderia ser melhorado se explorasse mais cada um desses elementos e elaborasse uma agenda mais consistente de estudos futuros. O artigo chega a ser lacônico sobre o cada uma das dimensões, não explorando a complexidade da inteligência governamental (construída teoricamente) e cada um dos seus elementos em sua particularidade, como um ponto fundamental dessa agenda. É de se notar que cada elemento já representa, em si, uma agenda de pesquisa própria, altamente complexa. Ao abranger todos esses elementos sem construir cada um deles, o artigo peca em criar uma concepção ampla e complexa de inteligência, sem definir cada um de seus componentes de forma clara e precisa.

4 - Um último ponto que merece atenção é a questão dos dados, que atravessa todos os elementos do modelo. O artigo não trata das questões emergentes de big data e os dilemas coletivos implícitos na ampliação da coleta, armazenamento, processamento e compartilhamento de dados. Esse ponto é importante porque sustenta todas as atividades de inteligência explícitas no artigo. Além disso, a importância da internet como um padrão de mudança tecnológica que desencadeia todas as mudanças na prática de inteligência.

### **Reviewer 3 report**

Reviewer 3 did not authorize the disclosure of their review report.

## ROUND 2

### **Reviewer 2 report**

Date review returned: June 27, 2022.

### **Comments to the authors:**

O artigo aprimorou o argumento e o tornou mais claro aos leitores. O artigo aborda uma questão importante, embora ressalte a necessidade de mais pesquisas no campo para trazer conclusões mais robustas. A perspectiva do processo de institucionalização agrega conhecimento e ressalta a necessidade de pensar reformas a partir da gestão do conhecimento.

### **Reviewer 3 report**

Reviewer 3 did not authorize the disclosure of their review report.

**PEER REVIEW REPORT FOR:**

Santos, J. G., Silva, A. L. N., Melo, C. M. O., & Melo, Y. M. (2022). Cooperação intermunicipal na Política Nacional de Meio Ambiente: as capacidades estatais importam? *Revista de Administração Pública*, 56(6), 745-771. Retrieved from <https://dx.doi.org/10.1590/0034-761220220110>

**DISCLAIMER:**

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

**REVIEWERS:**

 Eduardo José Grin (Fundação Getulio Vargas, São Paulo / SP – Brazil)

 André Marengo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre / RS – Brazil)

**ROUND 1**

**Reviewer 1 report**

Date review returned: June 07, 2022.

**Comments to the authors:**

O artigo trabalha um tema central para o debate sobre a gestão municipal no âmbito do federalismo descentralizado no Brasil e como os consórcios intermunicipais podem funcionar como alternativas para compensar carências de capacidades estatais. A escola do debate teórico foi bem-feita e o modelo estatístico proposto é adequado para discutir as inferências buscadas. Ademais, o trabalho contribui para adensar uma literatura ainda incipiente sobre capacidades estatais municipais no Brasil.

Seguem recomendações e comentários sobre o trabalho:

1. Introdução: Qual a justificativa teórica e empírica da pesquisa proposta?

2. Capítulo de revisão da literatura:

a) Complementar a revisão da literatura sobre as razões que incentivam ou não o consorciamento. Há mais fatores a serem considerados. Esta revisão pode ser encontrada em Meza, O. D. Et al (2019). Intermunicipal Cooperation in Metropolitan Regions in

Brazil and Mexico: Does Federalism Matter? *Urban Affairs Review*, 55 (3), 887-922. Ver Grin, E. J. E Fernandes, G. A. (2021). Federal policy design matters for inter-municipal cooperation? An analysis of health and education Brazilian public policies. Paper apresentado na SBAP 2021. A leitura desses dois trabalhos indica vários autores e enfoques que podem ser úteis.

b) Faltou avaliar as capacidades político-relacionais como discussão teórica que pode ser testada da seguinte forma: existência de conselhos municipais importa para a probabilidade de consorciamento? O autor pode encontrar uma revisão da literatura no capítulo 1 do livro *Capacidades estatais municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro*.

### 3. Sobre os municípios e o PNMA:

Seria importante mostrar os números de consórcios de meio ambiente no Brasil da seguinte forma:

A) sua evolução desde a MUNIC 2005 até última lançada em 2021.

B) qualificar essa informação por porte de município e região.

C) quantos têm a cooperação estadual e/ou federal?

Gráficos podem ser uma forma simples de apresentar, descrever e comentar sobre este contexto.

Essas informações importam para localizar o contexto do debate (isso sem mencionar os consórcios intermunicipais em resíduos sólidos e saneamento)

As fontes de consulta são as MUNICs 2005, 2011, 2015 e 2019, afora o Observatório do Consórcio Municipal da CNM.

### 4. Metodologia:

a) Das variáveis independentes: Falta uma variável importante de capacidade que é o planejamento municipal da política, que está disponível na MUNIC. Esta é uma dimensão de capacidade técnica que deve ser incorporada (ainda que como proxy, já que a MUNIC 2017 só apresenta o Plano de gestão Integrada de Resíduos Sólidos). Outra variável central nos estudos de capacidade estatal é a existência de uma área própria para a gestão da política medida por ter uma secretaria própria. Essas variáveis devem ser inseridas e a informação consta da MUNIC 2017.

b) Dos tipos de variáveis: Acho desnecessário dizer se uma variável é quantitativa ou qualitativa, mesmo porque sendo as dummies categóricas essa distinção fica sem sentido.

Sugiro deletar essa coluna que não agrega nada para a explicação das variáveis. O que falta na tabela é a unidade de medida para todas as variáveis.

c) Sobre a autonomia da burocracia: Esse debate sobre autonomia é importante, considerando a influência weberiana na literatura sobre capacidades estatais. Todavia, esse debate teórico não foi realizado antes: estabilidade burocrática como proxy de capacidade estatal deve ser abordada teoricamente.

d) Dos conselhos: No debate de capacidades estatais, conselho é uma forma de evidenciar capacidade político-relacional. Sugiro que esse debate teórico seja realizado, o que faz dessa uma variável de interesse. Salvo se a discussão teórica ficar mais clara que o artigo apenas se propõe abordar as capacidades administrativas e fiscais, mesmo sabendo que o conceito ainda incorpora as dimensões técnica e institucional.

e) Sobre a utilização do Índice de Gini: Gini não seria o oposto o sinal esperado: quanto mais próxima de 1 e maior a concentração de renda, maior a probabilidade de cooperação diante da maior desigualdade existente nos municípios? Gini é um índice difícil de entender sua relação com modelos econométricos e muito focado na renda. Há outras variáveis que medem melhor como proxies as condições socioeconômicas, tais como: número de mães adolescentes, IDEB do ensino fundamental ou escolaridade média da população. Indicadores mais atualizados e mais específicos podem capturar melhor a realidade local.

f) Das Regiões Metropolitanas: Como foi operacionalizada essa variável (considerou as 74 RMs do Brasil)? Não se sabe que RMs foram consideradas. No Brasil, dado que são as menores cidades que cooperam via consórcios, e sendo as RMs formadas por cidades mais populosas, o sinal esperado não seria negativo?

g) Do Fundo: Não fica claro o sinal positivo desta variável, pois ele seguir a mesma direção da burocracia: mais capacidade reduz a probabilidade de consorciamento.

h) Sobre a taxa de servidores municipais: Essa variável é usual e pode ser utilizada, mas deve ser considerada a fragilidade que ela embute: as menores cidades têm maiores gastos com pessoal, pois dada a fragilidade da economia local o setor público emprega mais, o que pode enviesar a análise. Uma medida alternativa seria o percentual da burocracia que possui, pelo menos ensino médio/total de servidores. Essa seria uma medida mais adequada para avaliar efetivamente capacidade estatal entendida como estoque de recursos.

i) Sobre o índice Firjan: Precisa explicar como o índice é utilizado e mede “sucesso”: quanto maior a pontuação, melhor a gestão fiscal.

j) Não fica clara a escolha teórica dessas duas variáveis de controle (convênio com setor privado e parceria com o governo federal). A primeira se compreende de forma intuitiva: mais convênio reduz o interesse em buscar apoio de forma consorciada, mas falta suporte teórico. Quanto à segunda, o suporte teórico pode ser a literatura que argumenta que maior dependência do governo federal ou apoio /dependência de recursos de esferas de governo superiores reduz a busca da cooperação horizontal. A relação entre municípios e níveis supralocais de governo influencia a política pública em nível local, bem como a extensão em que o consórcio é formado (Agranoff & Radin, 2014; Feiock & Scholz, 2009; Kübler & Pagano, 2012; Meça, 2015, 2016; Miller & Lee, 2011; Rodríguez-Oreggia & Tuirán, 2006). Uma maior incidência de consórcios é observada onde os níveis intermediários de governo estão ausentes ou impedidos de fazer uso de suas competências (Hulst & Van Montfort, 2012). Essa pode ser uma senda teórica par fundamentar essa variável.

#### 5. Resultados:

a) Quando se enfatiza que: “No entanto, a comparação com o mesmo dado em da de acordo com Gráfico 1, que há, ao longo do tempo, um expressivo processo de difusão desse instrumento cooperativo”. É esse tipo de informação de contexto que deveria ser trazida, como sugerido.

b) O que vem a ser um conselho municipal ativo? Que existe? Uma forma melhor de qualificar a variável seria pelo número de reuniões realizadas anualmente. Outra forma seria avaliar o poder que desfruta essa arena, assumindo que quanto mais poderoso for maior seu caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, nessa ordem. Ambas informações estão disponíveis na MUNIC 2017.

c) “...38,9% formaram parceria com o governo federal para implementar programas federais ambientais, demonstrando poucos avanços nas parcerias das gestões locais”. Essa afirmação só faz sentido se a oferta de programa federais for elevada: é este o caso?

d) “...sinalizando que os municípios possuem legislação ambiental mais restrita, limitando-se a regular poucos assuntos”. Isso se explica por duas razões: pouca competências residuais e por ser a legislação concorrente estadual e /ou federal superior quando as normas conflitam.

e) “Analisando a influência de cada variável independente nos modelos, é possível notar que três apresentam o sinal esperado na relação causal, sendo apenas a variável do fundo

de meio ambiente, aquela que apresenta sinal invertido”. Mas o sinal positivo é o mesmo anunciado na explicação das variáveis

f) Dada a existência da Lei dos Consórcios Públicos no Brasil, o debate teórico mais adequado é de custos de transação, pois a lei é mais rígida quanto à ação dos municípios free riders. Isso a propósito do uso de Olson como suporte teórico que, em face do contexto jurídico criado no Brasil após 2005, não é o mais adequado.

g) “...na agenda governamental dos municípios analisados e que o fundo pode também ser um pré-requisito, ainda que informal para a entrada em alguns dos consórcios públicos.” Creio que a explicação plausível aqui segue por duas vias complementares: a) fundo também representa capacidade burocrática que, se existe, reduz os incentivos para a cooperação; b) onde há fundo pode haver mais capacidade de financiamento, o que reduz os incentivos para a cooperação. Por isso que o sinal negativo esperado seria mais lógico para a análise dos resultados.

h) “...o grau de assimetria no poder de barganha entre os municípios metropolitanos maiores”. Não é só pela assimetria, mas também por que os maiores não querem “pagar a conta” dos menores e têm mais recursos para a gestão autônoma.

i) Sobre a indução federal para medidas cooperativas: Este efeito de indução existe na política nacional de resíduos sólidos no tocante a recursos de transferência voluntária. Esse é um resultado que contradiz a literatura e mereceria mais análise.

j) “Por último observa-se que municípios de maior desigualdade de renda, tendem a cooperar menos que aqueles com menores índices de desigualdade” Vejo como essa afirmação é contraditória: se os menores são os que mais colaboram como pode ser que os que têm maiores concentração de renda são os que menos colaboram? Por essa razão o comentário apresentado sobre a dificuldade de usar Gini e a sugestão de outras medidas mais específicas.

6. Falta uma seção para a discussão dos resultados, à luz da literatura utilizada. Sem isso, o artigo apresenta dados e informações muito interessantes, mas que ficam pouco problematizadas do ponto de vista teórico. O normal de um trabalho acadêmico é ter duas seções: apresentação e discussão dos resultados. Uma forma de realizar isso, para economia de espaço, é combinar essa última seção com as conclusões.

## 7. Considerações finais

a) Falta destacar um aprendizado teórico da pesquisa: municípios autônomos em contextos de descentralização, seja de federações ou não, tendem a ampliar a

probabilidade de consorciamento se o trade off entre custos e benefícios se mostrar superior aos custos de transação. É importante também destacar o aprendizado teórico e não os achados empíricos.

b) “Conclui-se, então, que as capacidades estatais têm o potencial de explicar a adesão à cooperação intermunicipal na política ambiental a partir de dois pontos de vista. O primeiro, mais pontual, das capacidades serem percebidas como uma necessidade para a implementação local de uma política pública de escala nacional. E o segundo, da percepção dos governos municipais em aumentar suas possibilidades de expansão da atuação nessa área, mesmo com menos recursos próprios do que o necessário para tal.”. A pesquisa não dá base para essas duas inferências, pois analisa se capacidades influem na probabilidade do consorciamento intermunicipal. Contudo, as duas afirmações podem ser insumos para novas agendas de investigação.

### **Reviewer 2 report**

Date review returned: June 27, 2022.

### **Comments to the authors:**

O artigo propõe-se a analisar as relações entre capacidades estatais e a adesão a consórcios intermunicipais de meio ambiente, apresentando a hipótese de que governos municipais com maiores capacidades estatais (administrativas e fiscais) possuiriam menores incentivos para participar de consórcios com outros municípios.

O artigo oferece contribuições relevantes, mas requer um aperfeiçoamento nos seguintes tópicos:

1. a relação teórica e lógica entre capacidades administrativas e fiscais e menor incentivo para parcerias intermunicipais precisaria ser melhor apresentada;
2. Os achados mostram uma relação negativa, mas muito modesta entre capacidades administrativas e participação em consórcios e moderada entre situação fiscal e consórcios, enfraquecendo muito a hipótese do trabalho. O que não é suficientemente interpretado e incorporado nas interpretações e conclusões do trabalho.
3. Por outro lado, legislação existente, parcerias com governo federal e convênios com setor privado revelam associação mais robusta com a participação em consórcios intermunicipais de meio ambiente. Isto parece sugerir que a existência de uma agenda

ambiental no município parece constituir fator explicativo mais promissor para explicar consórcios, o que não foi suficientemente explorado e incorporado nas interpretações e conclusões.

## ROUND 2

### **Reviewer 1 report**

Date review returned: September 18, 2022.

#### **Comments to the authors:**

Os autores responderam a todos os comentários sugeridos e foram muito criteriosos na revisão do artigo e com respostas consistentes sobre as observações realizadas ao trabalho. Parabéns aos autores pelo trabalho que será uma importante contribuição para adensar o campo de estudo sobre consórcios e capacidades estatais.

Na primeira versão eu havia comentado: "i) Sobre a taxa de servidores municipais: Essa variável é usual e pode ser utilizada, mas deve ser considerada a fragilidade que ela embute: as menores cidades têm maiores gastos com pessoal, pois dada a fragilidade da economia local o setor público emprega mais, o que pode enviesar a análise. Uma medida alternativa seria o percentual da burocracia que possui, pelo menos ensino médio/total de servidores. Essa seria uma medida mais adequada para avaliar efetivamente capacidade estatal entendida como estoque de recursos". A resposta dos autores sobre ausência de multicolinearidade entre número de servidores e gestão fiscal é tecnicamente correta. Apenas sugiro que avaliem a possibilidade de transformar também esta variável em log, o que seria recomendável para eliminar qualquer problema de viés.

### **Reviewer 2 report**

Date review returned: September 15, 2022.

#### **Comments to the authors:**

Considero que os autores incorporaram as sugestões feitas pelo parecerista e, desta forma o artigo encontra-se em condições de ser publicado na RAP.

**PEER REVIEW REPORT FOR:**

Pereira, A. P. P., & Prokopiuk, M. (2022). Critical junctures and events in the trajectory of information modeling in Curitiba. *Revista de Administração Pública*, 56(6), 772-798. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220220142x>

**DISCLAIMER:**

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

**REVIEWERS:**

 Mônica Muniz Pinto de Carvalho (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo / SP – Brazil)

 Daniel Moraes Pinheiro (Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis / SC – Brazil)

**ROUND 1**

**Reviewer 1 report**

Date review returned: June 30, 2022.

**Comments to the authors:**

O resumo propõe discussão mais ampla do que foi efetivamente apresentado. No entanto, esse não é o problema central do artigo, mas a maneira como estabelece relações de causalidade em níveis de escalas diversas para os processos que desencadearam a inserção da tecnologia na gestão urbana da cidade de Curitiba. O ponto mais interessante do artigo é exatamente a construção da trajetória da inserção da tecnologia na administração pública de Curitiba, desde um meio para agilizar procedimentos até sua expansão na constituição do que poderia vir a ser uma smart city. Essa me parece ser a principal questão, o quanto a tecnologia vai assumindo espaço no interior da gestão a ponto de passar a significar referência de identidade para a cidade de Curitiba. O autor poderia, para além da descrição, demonstrar mais efetivamente os conflitos em torno desse processo - o que chega a fazer, em determinado momento, quando do questionamento da parceria público privada na condução de uma ação de gestão específica - mas seria tanto

mais interessante que esse não fosse o detalhe, mas o fio condutor que indicasse como os diferentes arranjos institucionais produziram a tecnologia como marca da cidade de Curitiba (é pouco dizer que se trata de mimetizar o Silicon Valley). O diagrama que o autor oferece para demonstrar a trajetória de inserção da tecnologia na administração municipal de Curitiba é espetacular. O artigo se perde quando o autor pretende sugerir relações de causalidade com outros níveis escalares, para ele a motivação para o processo ocorrido em Curitiba. Faltam mediações na análise. A mera citação de ocorrências tão díspares no tempo - como a menção ao momento pós segunda guerra mundial - como no espaço - eventos nacionais e internacionais mencionados genericamente - não significam necessariamente "causas" da inserção da tecnologia na gestão de Curitiba. O autor apenas sobrepõe eventos selecionados aleatoriamente que, segundo ele, guardam identidade com os eventos em Curitiba. Essa forma mecânica de associação é metodologicamente problemática e não se justifica. Ao contrário, enfraquece a discussão proposta pelo texto que, a meu ver, aponta para um projeto tecnológico de cidade. É claro que esse objetivo não é exclusivo de Curitiba, que há um movimento internacional voltado às cidades inteligentes. Mas é exatamente isso que deveria ter sido mobilizado, por meio das mediações que apontassem como esse ideário aportou em Curitiba. Em termos nacionais, a disputa em torno do 5G fala mais diretamente às cidades inteligentes do que propriamente o Estatuto da Cidade. Ou seja, se o objetivo é demonstrar o quanto a gestão municipal, nas decisões que toma sobre a inserção da tecnologia, absorveu pressões e planos de cidade externos, então há que se escolher adequadamente os eventos, e, mais do que isso, demonstrar as mediações e as camadas portadores (Weber) (atores, grupos políticos, eventos etc.) que conduziram essas ideias em direção a Curitiba. O autor pode fazer essas alterações, caso tenha interesse, e publicar o artigo, cuja questão é excelente, embora desenvolvida de forma metodologicamente problemática. Por fim, o autor deveria explicitar no corpo do artigo a metodologia que, no resumo, disse ter usado. A referência bibliográfica também mereceria atualização, mais centrada nas referências sobre o institucionalismo histórico do que propriamente na discussão urbana e sua relação com a tecnologia.

### **Reviewer 2 report**

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

## ROUND 2

### **Reviewer 1 report**

Date review returned: September 05, 2022.

### **Comments to the authors:**

O autor fez várias modificações no artigo e, com isso, ganhou em objetividade. Ainda permanecem alguns problemas na articulação entre as dimensões escalares tratadas no artigo, sem comprometer, no entanto, o objeto.

### **Reviewer 2 report**

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

**PEER REVIEW REPORT FOR:**

Mesquita, T. S., & Azevedo, R. R. (2022). Fóruns de accountability síncrona: a dinâmica interna das audiências públicas orçamentárias. *Revista de Administração Pública*, 56(6), 799-822. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220220122>

**DISCLAIMER:**

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

**REVIEWERS:**

 Élida Graziane Pinto (Fundação Getulio Vargas, São Paulo / SP – Brazil)

 Marco Antonio Carvalho Teixeira (Fundação Getulio Vargas, São Paulo / SP – Brazil)

 Sónia Paula da Silva Nogueira (Instituto Politécnico de Bragança, Bragança – Portugal; Centro de Investigação em Ciência Política, Braga – Portugal)

The other reviewer did not authorize the disclosure of their identity.

**ROUND 1**

**Reviewer 1 report**

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

**Reviewer 2 report**

Date review returned: May 25, 2022.

**Comments to the authors:**

O trabalho é excelente e traz uma importante análise crítica sobre as implicações de audiências públicas que, ao meu juízo, com a queda da dinâmica participativa no Brasil recente, tem sido instrumentos que servem mais de legitimação dos interesses de governos e do legislativo, do que da própria sociedade, interpretação que considero correta. A proliferação de emendas ao orçamento poderia ser citada como exemplo de um contraponto que auxilia nesse argumento. Lembrando que no caso das emendas elas são

alocações de interesse do parlamentar e em contrapartida, muitas vezes, ao seu apoio ao governo. Senti falta de um parágrafo ou de uma questão, mesmo que nas conclusões, como agenda de pesquisa, que atualize esse debate. A reação da sociedade a tais emendas, inclusive do dito orçamento secreto, uma contradição aos objetivos das audiências públicas, é baixa. Outra questão: sugiro que a menção a prefeituras de SP como recorte da pesquisa seja feita já na introdução, tal menção aparece só na parte metodológica. Por fim, sugiro uma proposta de agenda de pesquisa. O trabalho foi muito bem conduzido e pode contribuir com várias possibilidades de novas investigações.

### **Reviewer 3 report**

Date review returned: June 11, 2022.

#### **Comments to the authors:**

-

### **Reviewer 4 report**

Date review returned: June 15, 2022.

#### **Comments to the authors:**

RAP

Fóruns de accountability síncrona: a dinâmica interna das audiências públicas orçamentárias.

Código: 2022-0122

Na análise do artigo submetido à RAP, examinou-se a temática, o título, o objetivo e o objeto para verificar a compatibilidade com o foco e escopo da RAP. Além disso, verificou-se a estruturação das seções e aspectos relacionados à consistência teórico-empírica na abordagem do tema-problema, à consistência metodológica, aos resultados e análises e às conclusões.

A proposta do estudo é relevante, inclusive por tratar da accountability na perspectiva comportamental em que importa a percepção dos envolvidos.

Na primeira seção, entende-se como admissível na contextualização a demarcação do modelo de democracia adotado em âmbito nacional (democracia representativa). Desconsiderar isso pode resultar em excesso de expectativas em termos de participação e legitimidade. Nesse ponto, recomendam-se estudos que tratam de democracia deliberativa (Bohman & Rehg, 1997) e de democracia representativa (Sacramento Pinho, 2016; Filgueiras, 2011), sendo relevantes o modelo Variedade de Democracia – V-Dem (Kadivar et al., 2017) e o capítulos do livro de Przeworski et al. (1999).

No Brasil, com modelo de Democracia representativa, verifica-se a presença de características de outros modelos, como da Democracia deliberativa. Todavia, a falta de interesse de cidadãos em participar persiste como problema também em outros modelos avançados de democracias.

“A democracia vai mal em todo o mundo. A crise da representação é global.” (Abranches, S. (2018). *Presidencialismo de coalizão: Raízes e evolução do modelo político brasileiro*. Companhia das Letras. Edição do Kindle).

“Nosso modelo político anda mal em vários pontos há muito tempo. Só se fala em reformá-lo. O sistema representativo deixou de funcionar. Não só no Brasil. Todas as democracias do mundo se oligarquizaram.<sup>8</sup> Os partidos são dominados por políticos que já não respondem aos eleitores e sim a grupos de pressão e financiadores a eles ligados. Em todas as democracias ditas ocidentais, o número de eleitores descontentes é enorme, e cresce a parcela da população que não se vê representada por nenhum partido ou governante. Vivemos aqui e na maioria das democracias do mundo inquietante crise de lideranças. Não há espaço para a renovação.”

Em relação às audiências públicas, resultam num tipo de fórum de accountability síncrona, com enfoque para o processo da tomada de decisão, sendo previsíveis conflitos diante da diversidade dos grupos de interesses, em que membros podem atuar para antecipar práticas objetivando a aprovação de suas ações. Portanto, conflitos voltados ao

aprimoramento das propostas orçamentárias são bem-vindos num ambiente democrático. Para tanto, fundamental a participação que estimule um debate equilibrado entre os representantes dos gestores e os representantes do interesse público/sociedade.

Nesse ponto, apesar do desinteresse em termos de participação social (falta de engajamento democrático), no caso do Brasil, algumas políticas públicas têm como característica a presença reconhecida de controle social, não sendo possível negar participação dessa natureza.

Portanto, apesar do fundamentado na subseção 2.2 Audiências Públicas Orçamentárias, espera-se algum nível de participação social inclusive diante do envolvimento de diversos municípios na pesquisa, que tendem a apresentar características distintas em termos de práticas promotoras de accountability (em maior ou menor grau).

Na seção 3, em relação à seleção dos casos para análise, sentiu-se falta da demonstração do modelo indicando a análise qualitativa e os aspectos interpretativistas adotados. Necessária a clareza na apresentação e fundamentação das escolhas metodológicas tanto na coleta como na análise dos dados.

Consta a informação de que as prefeituras tratadas foram do estado de SP. Porém, não consta a caracterização das prefeituras nem a esperada justificativa da inserção de cada município no estudo. Ao invés de inserir a Tabela 1, compatível com abordagem quantitativa, avaliar a apresentação das características com o nome de cada município, sempre buscando apresentar informações qualitativas e quantitativas que possam ser úteis à análise dos dados.

Em relação às entrevistas, importou a saturação teórica. Porém, não consta a informação de como isso se deu. Sentiu-se falta de informações sobre o tipo e a quantidade de respondente(s) por município; e a quem representavam, inclusive diante da possibilidade de um mesmo entrevistado (consultor) atuar em mais de um ente municipal.

Em tempo, consta a informação de que a principal fonte de dados foram os gestores públicos, mas isso não está devidamente segregado. Por outro lado, verificou-se a

inserção de participantes contadores, ex-consultores e ex-secretários de fazenda (prováveis insiders), com apenas um participante vereador (oposição, situação?). Desse modo, importante descrever sucintamente, além da formação profissional, a atribuição/representação (no que couber) de cada entrevistado, sempre em observância aos aspectos éticos.

Considerando-se que o objetivo do estudo foi “[...] analisar como ocorre a dinâmica das audiências públicas orçamentárias organizadas pelas Prefeituras Municipais”, e a falta de interesse ou dificuldade de cidadãos em participarem das audiências públicas, por que não buscaram incluir entrevistados representantes da sociedade civil e membros de conselhos de políticas públicas estruturadas, a exemplo de conselheiros de saúde, de educação, de assistência social etc.? Por que não analisaram documentos relativos à atuação de conselheiros ou outros representantes que pudessem corroborar com a essência da dinâmica das audiências públicas?

Diante do propósito do estudo, fundamental a inclusão equilibrada de participantes representantes de diversos grupos de interesses, até como forma de identificar tensão e o comportamento/estratégia de gestores em termos de antecipação/promoção da accountability. Nesse ponto, a adoção da técnica snowball direcionou a participação de pessoas ligadas mais ao governo, restringindo a participação de pessoas vinculadas aos movimentos sociais, membros de conselhos, dentre outros...

Por sua vez, quais as perguntas inicialmente foram utilizadas nas entrevistas semiestruturadas? Importa conhecer o indagado frente ao respondido. Qual a fundamentação teórica-empírica para as perguntas? Foram considerados os limites discricionários de gestores na organização das audiências públicas? Quais práticas adotadas em possíveis mudanças de estratégia em audiências públicas seriam consideradas (i)legítimas?

Análise da narrativa, qual o tipo? Relevante especificar os procedimentos adotados na codificação para a redução dos dados até em razão de possível contribuição metodológica. O demonstrado no Quadro 1 não indica ser suficiente para a demonstração do processo

de codificação. A técnica de análise de discurso, considerando a diversidade de políticas públicas e interesses, não revelaria mais do que a exploração das narrativas?

Quanto à Análise dos dados, a Figura 1 indica que outras informações poderiam ter sido coletadas e utilizadas nas análises (atas, vídeos, devolução das propostas...). Por que documentos, registros mediante imagem e vídeo não foram analisados?

O relato do Respondente 7 (ÚNICO Vereador), por exemplo, indica a participação de não gestor... Parte acentuada dos respondentes parecem ter atuado em prol da gestão, indicando limitação da pesquisa. A inserção do relato do vereador sinaliza sobre a importância de se conhecer a percepção de membros dos conselhos vinculados às diversas políticas públicas, que não fazem/faziam parte do governo, por exemplo.

O afirmado por outro entrevistado (Consultor) indicou sinais de exagero em termos de discurso (hipérbole?) ao mencionar sobre a atuação de vereadores: “Normalmente eles só sabem falar duas palavras, é ‘aprovo’ ou ‘sou contrário’, eles não analisam nenhum projeto de lei que está sendo encaminhado [...]”. Sendo assim, por que vereadores da situação e da oposição não foram entrevistados?

Por fim, na última seção constam elementos relacionados com a “felt accountability”, embora o objetivo do estudo tenha sido “[...] analisar como ocorre a dinâmica das audiências públicas orçamentárias organizadas pelas Prefeituras Municipais”.

Em relação às implicações, apresenta mais elementos prescritivos com enfoque para a atuação de mecanismos relativos à accountability horizontal, sem indicações de implicações teórico-empíricas, principalmente considerando os limites e possibilidades do que se espera em termos da promoção da accountability.

Outro aspecto, não constam relatos das limitações do estudo com as possíveis estratégias a serem adotadas como forma de sua redução, nem a indicação de estudos futuros.

Conclusão da avaliação.

O estudo submetido, com o objetivo de “[...] analisar como ocorre a dinâmica das audiências públicas orçamentárias organizadas pelas Prefeituras Municipais”, apresenta limitações especialmente em relação aos aspectos metodológicos, por não estar claro e por não inclusão da percepção de representantes de conselhos e da sociedade civil (por exemplo), o que impossibilitou a identificação de tensões nessa relação e a necessária ratificação do alegado “efeito facilitado” das audiências públicas para os governantes.

Importante salientar que a pretensão deste parecer foi indicar fragilidades no estudo submetido, que comprometem a sua adequação (em tempo hábil) ao que se espera de um artigo publicado na RAP, mas também contribuir com o seu aperfeiçoamento e a consequente possibilidade de ressubmissão ou de submissão a outro periódico.

Portanto, salvo melhor entendimento, recomenda-se a rejeição do estudo submetido, que apresenta proposta oportuna, mas que requer ajustes significativos.

Algumas referências que podem contribuir com o aprimoramento do estudo:

BOHMAN, J., & REHG, W. (1997). *Deliberative Democracy: Essays on Reason and Politics*. Cambridge, MA: MIT Press.

FILGUEIRAS, F. (2011). Além da transparência: accountability e política da publicidade. *Lua Nova*, São Paulo, v. 84, p. 353-364.

KADIVAR, M. A., USMANI, A, & BRADLO, B. H. (2017). *The Long March Contentious Mobilization & Deep Democracy*. Users Working Paper, Series 2017:06, The Varieties of Democracy Institute.

PRZEWORSKI, A, STOKES, S., MANIN, B. (1999). *Democracy, Accountability and Representation*, Cambridge University Press.

SACRAMENTO, A. R. S., & PINHO, J. A. G. (2016). The process of implementing answerability in contemporary Brazil. *Revista de Administração Pública* [online], 50(2), p.193–213, mar./apr.

## ROUND 2

### **Reviewer 2 report**

Date review returned: August 23, 2022.

### **Comments to the authors:**

-

### **Reviewer 3 report**

Date review returned: August 29, 2022.

### **Comments to the authors:**

As sugestões por mim feitas foram bem encaminhadas no texto e me satisfez completamente.

### **Reviewer 4 report**

Date review returned: August 26, 2022.

### **Comments to the authors:**

Realizada análise da devolutiva do artigo ajustado, sendo verificada a realização de alterações indicando o aprimoramento do trabalho, conforme demonstrado na versão do artigo com controle de alterações e na carta para os avaliadores.

No que diz respeito aos pontos não atendidos da avaliação prévia, foram comunicadas as opções metodológicas realizadas, registradas as limitações do trabalho e indicados estudos futuros.

Todavia, a título de contribuição estética do texto, recomenda-se que seja evitada a conclusão de subseções com citação direta ou tabelas sem qualquer menção/comentário

em parágrafo seguinte que, inclusive, poderia tratar do conteúdo citado e indicar a próxima seção ou subseção do artigo. Essa situação pode ser verificada ao término das subseções 3.1, 4.1, 4.2 e 4.3. Também avaliar a inserção das Tabelas 2 e 4 como apêndice.

Diante do exposto, a versão apresentada nesta etapa indica importante esforço voltado ao aprimoramento do estudo e o atendimento ao requerido para artigo publicado nesta RAP.

## PEER REVIEW REPORTS

### PEER REVIEW REPORT FOR:

Mariano, S. & Molari, B. (2022). Igualdade de gênero dos ODM aos ODS: avaliações feministas. *Revista de Administração Pública*, 56(6), 823-842. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220220124>

### DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

### REVIEWERS:

 Marta Ferreira Santos Farah (Fundação Getulio Vargas, São Paulo / SP – Brazil)

 Mariana Mazzini Marcondes (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal / RN – Brazil)

## ROUND 1

### Reviewer 1 report

Date review returned: June 01, 2022.

### Comments to the authors:

O artigo aborda um tema relevante e pertinente ao campo de estudos de gênero e ao de política pública e administração pública e à interface entre ambos. Inclui conceitos centrais à análise de políticas públicas na perspectiva de redução de desigualdades de gênero. No entanto, apresenta problemas importantes que precisariam ser sanados, dentre os quais destaco alguns a seguir. Em primeiro lugar, a análise da incorporação da transversalidade de gênero por uma política pública requer, da parte das pesquisadoras/autoras (es), o domínio do estado da arte da discussão sobre a política analisada. No caso abordado pelo artigo, a discussão sobre desenvolvimento está, a meu ver, pouco aprofundada. No início, sobretudo, o artigo afirma muitas vezes "no âmbito do desenvolvimento", o que é extremamente impreciso. E por que isto é importante? Porque é preciso articular a concepção de desenvolvimento às perspectivas de gênero para

apreender as especificidades do "transversalizar" gênero em políticas de desenvolvimento. Parece-me que os dois campos - desenvolvimento e gênero - ainda estão relativamente "separados" na análise. Recomendo a leitura da tese de Mariana Mazzini Marcondes que, em seu trabalho, conseguiu fazer a articulação entre políticas de cuidado e desigualdade/igualdade de gênero.

Um segundo aspecto que é preciso destacar diz respeito à apresentação de perspectivas feministas de desenvolvimento, apresentadas como um referencial para a análise dos ODM e dos ODS. Estas perspectivas não foram retomadas na análise, além de não se relacionarem de forma explícita e analítica a diferentes concepções de desenvolvimento. Ficou algo um pouco "descolado" da narrativa.

Embora a(s) autora(s) tenham lido sobre instrumentalização da mulher em políticas de desenvolvimento (há ao menos um artigo com este teor), não houve menção no corpo do artigo ao caráter instrumental da mulher para o desenvolvimento e tampouco a problematização desta abordagem. Enfatizou-se criticamente o seu papel de "objeto" de políticas de desenvolvimento, mas não se considerou a incorporação da mulher como instrumento, como ocorreu com políticas do Banco Mundial (Targeting Women).

A discussão da perspectiva decolonial e do sul global e a da interseccionalidade poderia assumir um papel central na análise. Os trechos em que estas abordagens são apresentadas são a parte mais interessante do artigo (e, novamente, não dialogam com as concepções de desenvolvimento ou o fazem de maneira marginal). Faltou apresentar concepções de desenvolvimento articuladas ao lugar (ou não-lugar) atribuído às relações de gênero em cada uma ao longo do tempo. Sugiro a leitura de texto clássico de Scott, em que, além de outras contribuições, a autora chama a atenção para a centralidade de gênero para a organização do poder e das relações sociais, atribuindo a gênero um estatuto analítico equivalente ao de classe e ao de raça. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1995. Estudos sobre gênero e democracia de Flavia Birolli também podem dar insights para a centralidade de gênero como elemento estruturador de relações sociais e para a importância da interseccionalidade.

### **Reviewer 2 report**

Date review returned: June 10, 2022.

### **Comments to the authors:**

O trabalho está bem escrito, com leitura fluida, além de bem estruturado, especialmente em relação à articulação de objetivos de pesquisa, desenvolvimento e conclusões. Trata-se, portanto, de um trabalho coerente e consistente. Além disso, a temática é relevante e o artigo sistematiza informações que contribuem para o conhecimento do tema.

Entendo que o trabalho pode trazer uma contribuição ao campo. Para isso, penso que é importante desenvolver um pouco mais a reflexão. No intuito de contribuir com esse processo, apresento, a seguir, algumas sugestões, construindo um diálogo com autoras/es. São 5 questões estruturais e um bloco de questões pontuais.

A primeira questão que me parece estrutural (e a mais importante, eu diria) é a de ancorar melhor o trabalho em uma categoria analítica robusta. Com isso, referencial teórico-metodológico ficam mais bem estruturados e a análise dos dados, mais ancorada, o que permite explicitar as contribuições do trabalho.

Isso não é difícil de ser feito porque o artigo já utiliza um conceito que pode ofertar esta âncora necessária. No entanto, ele não é suficientemente ancorado enquanto categoria analítica. Trata-se da transversalidade de gênero, que pode ganhar maior centralidade no trabalho.

Inclusive a leitura me permitiu compreender que título, palavras chave e objetivos poderiam dar mais visibilidade à transversalidade. Seria uma avaliação feminista (voltaremos na avaliação mais para frente), ou uma análise da transversalidade de gênero nos ODM e ODS?

Como a transversalidade é, segundo Silvia Walby, uma estratégia, mas também uma visão/disputa de valores das políticas (vide também Lourdes Bandeira, Carol Bacchi, Mieke Verloo, Emanuela Lombardo, Marta Farah, Fernanda Papa, dentre outras), ela permite refletir sobre as perspectivas de gênero em relação ao desenvolvimento, inclusive iluminando as tensões entre políticas para as mulheres X para a igualdade de gênero (vide Farah). Por trazer em si a possibilidade de uma abordagem complexa, que explora contradições, a transversalidade permite discutir que políticas para as mulheres podem ou não contribuir para a igualdade de gênero (ou, ainda, podem ter resultados ambíguos ou contraditórios, nesse sentido, a exemplo de políticas para a maternagem ou, ainda, voltadas para o papel tradicional das mulheres nas famílias). Nesse sentido, vide, ainda: Caroline Moser e Annalise Moser.

Essa abordagem da transversalidade, que vai além da compreensão como uma estratégia de coordenação governamental, permite aprofundar reflexões sobre os dados da pesquisa, considerando diferentes aspectos, tais como: 1) necessidade de uma abordagem multicausal e multidimensional (que não está presente no ODM mas está, em alguma medida, nos ODS); 2) não reconhecimento do protagonismo dos movimentos feministas e de mulheres (vide que a discussão sobre mulheres e poder nos ODS é voltada à ocupação de espaços institucionais e de liderança, o que se distancia da abordagem feminista, que reconhece o protagonismo dos movimentos sociais); 3) instrumentalização X politização/radicalização do processo de transversalidade (vide que ODM não mencionam direitos sexuais e reprodutivos, o que acontece com ODS). Nesse último caso, é interessante pensar sobre como a incorporação do gênero se dá menos por colocá-lo no centro dos planos e ações, de forma radical, mas por sua “domesticação”, o que contradiz, em alguma medida, a ideia de gender mainstreaming. Esse ponto pode, inclusive, ajudar a refletir sobre a discussão (muito boa) sobre as metas audaciosas (resolver a totalidade de problemas), mas sem indicadores e meios que permitam efetivar e mensurar. Aqui, cabe até uma discussão que se desdobra. Ao dizer que irá enfrentar todas as formas de violência, mesmo sendo um objetivo bastante ousado, será que ele não é formulado menos como uma meta que oriente a gestão de políticas, e mais como um valor político? Em outras palavras: dizer que reduzirá em 30% os homicídios de mulheres pode ser uma meta mais adequada, do ponto de vista da gestão da política, mas do ponto de vista político não possui o mesmo impacto do que “todas as mulheres e meninas”.

Em resumo, a totalidade dessas reflexões transbordaria as possibilidades de um artigo, que, inclusive, tem limitações de número de palavras. Mas o que espero apontar é a potencialidade da transversalidade de gênero para o desenvolvimento do trabalho.

A segunda questão: parece-me que a discussão interseccional e decolonial pode ser mais interseccional e decolonial. Sinto falta da literatura de mulheres negras sobre interseccionalidade, considerando tanto as, digamos, clássicas (ex. Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro), quanto as contemporâneas (ex. Carol Akotirene, Djamila Ribeiro, Juliana Teixeira). É possível, inclusive, trazer reflexões das mulheres negras y chicanas latino-americanas, para construir pontes com o restante da literatura (ex. Gloria Anzaldúa). No caso do feminismo decolonial, parece-nos importante o diálogo com Maria Lugones (que, inclusive, discute interseccionalidade).

Nesse sentido, a questão racial precisa ganhar maior importância no trabalho. A divisão sexual do trabalho, sem considerar os imbricamentos com a divisão social, racial e étnica do trabalho, não dá conta da materialidade do fenômeno no Sul Global (na verdade, nem no Norte, se pensarmos as cadeias globais de cuidado, por exemplo). Na página 18, nas considerações finais, é possível evidenciar como a questão racial e étnica perdem centralidade no texto.

Outro insight interessante, ao discutir teorias do desenvolvimento/subdesenvolvimento, pode ser a reflexão sobre as formulações originais das teorias do subdesenvolvimento que a América Latina ofertou ao mundo (pensando a relação ODM-ODS, ONU, CEPAL, podemos ficar nos cepalinos). E suas contradições (ao mesmo tempo que trouxeram uma contribuição autêntica para pensar o desenvolvimento sócio-econômico, eram “cegas” ao gênero, à raça e à etnia).

Mais uma vez, não esperamos que todas essas questões sejam abordadas, mas que a interseccionalidade e a decolonialidade ganhem maior densidade no trabalho.

Em terceiro lugar, parece-me que seria relevante, ao discutir trabalho e divisão sexual do trabalho, mencionar a reflexão sobre economia feminista/economia do cuidado, ainda que de forma mais breve. Inclusive porque uma das autoras citadas é um nome importante da discussão (Miriam Nobre). Parece necessário dar visibilidade ao tema do cuidado na análise, mesmo que isso não significa aprofundar na discussão.

Em quarto lugar, o título diz se tratar de uma avaliação, mas não é trazida uma discussão mais consistente sobre avaliação. Por se tratar de um termo técnico dos estudos de política pública, entendo que, não se tratando de uma avaliação, melhor utilizar análise. Se for uma avaliação, deve incluir literatura sobre o tema e explicar melhor que tipo de avaliação e quais são seus instrumentos de aplicação.

Finalmente, quinto e último lugar, coloco uma pergunta: quais são as contribuições do artigo? É esperado que as considerações finais respondam a ela.

Além disso, colocamos algumas questões pontuais:

1. Revisão de texto. A versão está com marcações de revisão (ex. p. 03, linha 51, considerarmos)
2. Revisão de APA e das normas da revista. Atenção ao uso de notas de rodapé, especialmente para inserir links de referência.

3. Revisão de APA e uso de prenomes. Aqui entendemos que se trata de uma prática dos estudos feministas e que tem sua razão de ser. Apenas sugerimos de verificar com a RAP, caso o artigo seja publicado, se é possível manter este formato.
  4. P. 05, linha 11. Igualdade de gênero é colocada como um problema. Penso que queria dizer desigualdade
  5. Quando apresenta os ODS e ODM poderiam incluir uma ou duas linhas em cada caso para contextualizar um pouco mais quem lê, caso a pessoa não tenha familiaridade com o tema
  6. A pergunta de pesquisa está bem formulada, mas penso que poderia rever a estruturação do texto da sentença.
  7. A discussão sobre as perspectivas de desenvolvimento e gênero poderiam ser sintetizadas em um quadro (as três apresentadas ao final da página 5)
  8. P. 10, ao discutir a questão da educação e suas limitações para, apenas com aumento de escolarização, dar conta da discussão da igualdade (análise adequada), parece-nos que poderia incluir uma linha para ir além da discussão sobre ampliação da escolarização de meninas e mulheres para finalidades tradicionais. Países como o Brasil, as mulheres são mais escolarizadas e não apenas para serem boas mães e esposas. No entanto, essa maior escolarização não se reverte em igualdade no mundo do trabalho, por um conjunto de razões, a exemplo de maior responsabilização pelo cuidado familiar e divisão sexual do conhecimento (sobrerrepresentação em carreiras vinculadas ao cuidado, que possuem menor remuneração).
- Esperamos ter contribuído com a troca!

## ROUND 2

### **Reviewer 1 report**

Date review returned: July 08, 2022.

### **Comments to the authors:**

Houve um salto considerável em relação à primeira versão com a discussão de propostas de desenvolvimento que instrumentalizam a mulher, a inclusão de maior densidade na

análise da transversalidade de gênero e o aprofundamento da análise sobre interseccionalidade. Mas há ainda questões importantes a serem contempladas.

É importante tentar articular as perspectivas de desenvolvimento mencionadas aos ODM e ODS. Verificar se o que foi antecipado no Abstract corresponde ao que consta das considerações finais. Verificar nas considerações finais se as referências a aspectos como habitação, justiça social etc... trazidas pelas feministas latino-americanas constam do corpo do texto. Não podem aparecer só no final.

Há questões importantes de revisão - incluindo vírgulas incorretas, concordância etc...

Problemas de adequação temporal. Referência aos anos 90 e, em seguida, como se fosse algo subsequente, menção à Teoria da Dependência. Há na revisão de quadros trechos que ficaram sem sentido. Embora tenha havido avanços, pareceu uma revisão feita sob pressão do tempo.

### **Reviewer 2 report**

Date review returned: July 15, 2022.

#### **Comments to the authors:**

Agradeço, inicialmente, pela possibilidade de reler o trabalho. Houve um avanço notável entre as duas versões e o artigo, no estágio atual, apresenta uma contribuição relevante para conectar os debates dos estudos de gênero e da administração.

A literatura está mais diversificada e o aparato conceitual que serve de fundamentação para a análise está mais claro. Por conseguinte, a discussão dos resultados está mais densa. Também houve avanços em relação às estratégias de sistematização e ilustração dos resultados, o que facilita a leitura.

Nesta rodada, apenas sugerimos alguns ajustes pontuais, de revisão, para aprimorar a escrita do texto, que já tem ótima qualidade e é bastante fluida.

Quadro 1. Sugerimos padronizar a estrutura dos textos nas colunas (ex. Posição das mulheres nos planos de desenvolvimento/ Em um lê-se, de forma mais direta: “Donas de casa ou mães. A não inclusão...” No segundo “Entendia que a subordinação das..”).

Ainda no “Quadro 1”, lemos que, em “Mulheres e desenvolvimento (anos 1980)”: “O desenvolvimento impacta de forma distinta os diferentes sexos, gêneros, classes e etnias”. Em seguida, consta que: “Ao priorizar as relações de classe, essa perspectiva não aborda

as relações de gênero”. Não são afirmações contraditórias? Ou precisaria excluir gênero da primeira ou suavizar a segunda (no sentido que não prioriza).

P. 11. “A divisão sexual do trabalho decorre das relações sociais entre os sexos, que posiciona os homens na esfera produtiva e as mulheres na esfera reprodutiva.” Qual é a referência? É Kergoat? Ou é Hirata & Kergoat, 2007

P. 12. No uso dos dados da Oxfam. Não seria importante inserir algo como “valor estimado”? Isso porque não há consenso em termos de como contabilizar o valor monetário do trabalho doméstico não remunerado e, oficialmente, ele não é contabilizado no Sistema de Contas Nacionais, salvo melhor entendimento.

P. 14/linha 14. Ao discutir a divisão sexual do trabalho, desaparecem as diferenças percebidas entre cada tipo de perspectiva nomeada como “Mulheres em desenvolvimento” no quadro 1. (anos 70, anos 80, ano 90 etc.). No quadro, apontavam-se algumas diferenças que tinham efeito sobre a discussão sobre divisão sexual do trabalho. Não seria importante inserir uma linha ou duas para explorar essas nuances?

P. 14. No trecho:

“As diferenças também são visíveis entre os distintos grupos de mulheres, pois aquelas que pertencem à classe média e alta podem ocultar parte da sua subordinação através da mercantilização do trabalho doméstico, que é executado, em grande medida, por mulheres de classes mais baixas racializadas”.

Seria possível inserir referência?

Finalmente, sugerimos uma revisão no texto como um todo. Ele está muito bem escrito. Mas a utilização de sentenças mais curtas e objetivas poderia facilitar a leitura.

Sugerimos que, caso haja novas rodadas de avaliação, que seja utilizado o padrão de cartas da RAP e respondidos os comentários individualmente, porque isso facilita muito a revisão.

Bom trabalho e obrigada por compartilhar seus conhecimentos!

### ROUND 3

#### **Reviewer 1 report**

Date review returned: September 24, 2022.

#### **Comments to the authors:**

A revisão realizada com base nos pareceres sobre a versão anterior contribuiu para um salto de qualidade e para um manuscrito que contribuirá para a literatura que discute gênero e desenvolvimento.

Apenas uma sugestão para futuras submissões. Na carta explicativa, seria importante indicar, sempre que possível, as páginas em que as alterações relativas foram feitas, relacionando-as a cada observação feita pelas/os pareceristas.

### **Reviewer 2 report**

Date review returned: September 30, 2022.

#### **Comments to the authors:**

Obrigada por enviar seu artigo revisado, assim como a carta detalhada. O desenvolvimento, nesta rodada, respondeu às questões apontadas anteriormente. O artigo possui boa qualidade e poderá ser uma contribuição interessante para a área de Administração Pública. Parabéns pelo trabalho.

## PEER REVIEW REPORTS

### PEER REVIEW REPORT FOR:

Giamberardino, G. G., Nagalli, A., Fernandes, V., & Garcias, C. M. (2022). The myth of meritocracy: academicism and methodological flaws in Brazilian public recruitment. *Revista de Administração Pública*, 56(6), 843-856. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220220114>

### DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

### REVIEWERS:

 Daniel Moraes Pinheiro (Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis / SC – Brazil)  
The other reviewer did not authorize the disclosure of their identity.

## ROUND 1

### Reviewer 1 report

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

### Reviewer 2 report

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

## ROUND 2

### Reviewer 1 report

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

### Reviewer 2 report

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.